Tribunal Regional do Trabalho da
2ª Região

Boletim de Jurisprudência

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Coordenadoria de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Seção de Divulgação

54/2015

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março está disponível na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

AÇÃO

Diversas espécies

A ação de consignação em pagamento, de acordo com os arts. 304 do CC e 890 do CPC, tem por objetivo conceder ao devedor meio legal para se desonerar da obrigação de pagar ou dar coisa certa, evitando a caracterização de mora. (PJe-JT TRT/SP [10017349620145020292](#) - 17ª Turma - RO - Rel. Flávio Villani Macedo - DEJT 11/09/2015)

ACIDENTE DO TRABALHO E DOENÇA PROFISSIONAL

Indenização

Recurso ordinário. Pensão mensal. Pedido de pagamento em parcela única. Não vinculação do julgador. Consoante entendimento reiterado do C. TST, a opção do reclamante de receber o pagamento em parcela única (parágrafo único do art. 950 do CC) não vincula o Magistrado, ao qual cabe ponderar quanto à conveniência, ou não, de tal decisão, visando inclusive a proteção do trabalhador o qual pode desfazer-se precipitadamente do valor da pensão pago de uma só vez, o que vai de encontro à finalidade do instituto que é garantir ao obreiro uma renda mínima equivalente à depreciação da capacidade laborativa, como restou bem observado em 1ª instância. (TRT/SP - 00019936720145020435 - RO - Ac. 12ªT [20151051148](#) - Rel. Marcelo Freire Gonçalves - DOE 11/12/2015)

AVISO PRÉVIO

Proporcional

Aviso prévio proporcional e diferenças de verbas rescisórias. No conflito de normas entre a lei e o acordo coletivo assinado entre o Sindicato e a empresa, a melhor interpretação a ser dada ao dispositivo em comento, por certo não é a gramatical, mas, sim, a teleológica, voltada para o fim da norma. Recurso da reclamada a que se dá parcial provimento para excluir da condenação o pagamento de 27 (vinte e sete) dias remanescentes do aviso prévio indenizado, julgando improcedente este pedido e, como acessório ao principal, o de 13º salário na proporção de 1/12. (TRT/SP - 00027862520135020052 - RO - Ac. 17ªT [20151063855](#) - Rel. Rilma Aparecida Hemetério - DOE 15/12/2015)

COMPENSAÇÃO

Dívidas idênticas

Diferenças de horas extras. Critério global. A jurisprudência atual, considerando um critério global, vem admitindo dedução de horas extras pagas pelo empregador das deferidas judicialmente, evitando, assim, que o empregado receba duas vezes a mesma parcela. Inteligência da OJ n. 415 da SDI-1 do TST. Agravo de petição ao qual se dá parcial provimento. (TRT/SP - 01770006520085020441 - AP - Ac. 14ªT [20150836885](#) - Rel. Regina Aparecida Duarte - DOE 09/10/2015)

COMPETÊNCIA

Criminal

Justiça do Trabalho. Competência criminal. A Justiça do Trabalho não possui competência criminal, fugindo à sua esfera de atribuições analisar acusações de cometimento de qualquer crime. Recurso Ordinário patronal não provido. (TRT/SP - 00029745620135020007 - RO - Ac. 14ªT [20150542970](#) - Rel. Davi Furtado Meirelles - DOE 26/06/2015)

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (LEGAL OU VOLUNTÁRIA)

Patronal

Ação de repetição de indébito. Contribuição sindical patronal. Ausência de empregados. Contribuição indevida. Numa interpretação sistemática da CLT, tem-se que o legislador, ao empregar a expressão "empregadores" no art. 580, da CLT, pretendeu referir-se às empresas que possuem empregados. Assim, a autora não é devedora das contribuições sindicais patronais nos períodos em que não empregou nem assalariou empregados. Destarte, tendo o sindicato recorrente auferido o percentual de 60% do valor pago a título de contribuição sindical patronal e a União 20%, devem arcar com a repetição de indébito no montante respectivo, conforme o previsto no art. 589, da CLT. Recurso do réu, que se nega provimento. (TRT/SP - 00023095720135020066 - RO - Ac. 3ªT [20150783390](#) - Rel. Luciana Carla Corrêa Bertocco - DOE 09/09/2015)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano material em geral

Indenização por danos materiais. Inobservância pela ré do prazo legal para dar entrada no pedido de benefício previdenciário do autor perante o INSS (ART. 60, §1º, da Lei 8.213/91). Tendo em vista a inobservância do prazo legal pela reclamada para dar entrada no requerimento de benefício previdenciário do autor perante o INSS (art. 60, §1º, da Lei 8.213/91), o que, por conseguinte, acarretou a percepção tardia do auxílio-doença previdenciário, a partir da data do protocolo do pedido e não do 16º dia de afastamento do trabalho, dá-se provimento ao apelo, para deferir a indenização perseguida, nos exatos limites da lide, tendo em vista a ausência de recebimento de salário/benefício no período compreendido entre 29.07.2011 e 17.10.2011. (PJe-JT TRT/SP [10003120520145020319](#) - 11ªTurma - RO - Rel. Líbia da Graça Pires - DEJT 22/10/2015)

ESTABILIDADE OU GARANTIA DE EMPREGO

Provisória. Gestante

Contrato de aprendizagem garantia de emprego. Gestante. Incompatibilidade. No contrato de aprendizagem, modalidade de contrato de trabalho a prazo determinado, na forma prevista no artigo 428, §3º da CLT, têm os pactuantes plena ciência da data do término da prestação laboral, tornando incompatível, assim, a incidência da garantia de emprego. (PJe-JT TRT/SP [10015677720145020422](#) - 3ªTurma - ROPS - Rel. Mércia Tomazinho - DEJT 14/10/2015)

EXECUÇÃO

Arrematação

Nulidade da arrematação. Alegação de preço vil. Não configuração. Preço vil se traduz por valor ínfimo, irrisório, pelo qual se arremata em leilão em total descompasso com o valor da avaliação do bem leiloado e com o valor do débito, o que não é o caso dos autos. (TRT/SP - 00017100420115020062 - AP - Ac. 10ªT [20150939056](#) - Rel. Ana Maria Moraes Barbosa Macedo - DOE 27/10/2015)

Bens do cônjuge

Penhora de imóvel. Copropriedade de sócio executado e sua cônjuge. Comunhão universal de bens. Possibilidade. O casamento do sócio da executada foi no regime de comunhão universal de bens, como se observa dos autos. Assim, diante do disposto no artigo 262 do Código Civil então vigente, a comunicação entre os bens é total, respondendo o patrimônio do cônjuge pelas dívidas do parceiro, pelo que não há óbice à penhora integral de imóvel de sua copropriedade. (TRT/SP - 00008785220125020056 - AP - Ac. 6ªT [20151017748](#) - Rel. Ricardo Apostólico Silva - DOE 30/11/2015)

Penhora. Impenhorabilidade

Penhora de benefício decorrente de previdência privada. Cumpre tecer algumas considerações sobre os planos de previdência complementar denominados VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) e PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre). Ambos são planos por sobrevivência (de seguro de pessoas VGBL, e de previdência complementar aberta - PGBL) que após um período de acumulação de recursos, denominado período de diferimento, proporcionam aos investidores uma renda mensal, que pode ser vitalícia ou por período determinado ou em pagamento único. O VGBL é classificado como seguro de vida, enquanto o PGBL é um plano de previdência complementar. O PGBL foi criado com o objetivo de transformar recursos acumulados em renda futura, contudo, o titular pode realizar o resgate antecipado dos valores depositados. O contratante faz depósitos periódicos, que são aplicados em um fundo de investimento, com rendimentos a longo prazo, e estabelece uma data para se aposentar, que pode ou não coincidir a data prevista pelo órgão previdenciário. Sua principal característica é a flexibilidade no resgate dos valores e sua total desvinculação da previdência oficial. Já o VGBL tem a característica de um seguro de vida e garante cobertura em caso de sobrevivência e, no mais, possui as mesmas características do PGBL. O que difere os dois planos é o tratamento tributário dispensado pela legislação (Lei Complementar 109/2001), sendo que o optante pelo PGBL paga o imposto de renda sobre o total resgatado ou recebido como renda e, no VGBL, a tributação incide apenas sobre o ganho da aplicação financeira. Ainda que ambos sejam tratados como previdência privada, tais aplicações são totalmente desvinculadas da aposentadoria a cargo do INSS. Portanto, não se confundem com aposentadoria ou pensão. Tais valores tratam-se de aplicações financeiras e não possuem caráter alimentar ou de seguro de vida, sendo, portanto, penhoráveis. (TRT/SP - 00177002820085020066 - AP - Ac. 14ªT [20150317039](#) - Rel. Francisco Ferreira Jorge Neto - DOE 06/05/2015)

INDENIZAÇÃO

Cálculo. Em geral

Indenização. Perda de uma chance. A indenização pela "perda de uma chance" somente é devida quando o lesado, por ato ilícito do responsável, tem frustrada uma vantagem futura e certa, não sendo esta a hipótese dos autos. Apelo não provido. (TRT/SP - 00009719620145020071 - RO - Ac. 18ªT [20150950238](#) - Rel. Lillian Gonçalves - DOE 05/11/2015)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (EM GERAL)

Periculosidade

Adicional de periculosidade. Bombeiro civil. Nos termos da Lei 11.901/2009, é devido o adicional de periculosidade ao bombeiro civil, que exerça em caráter habitual a função exclusiva de prevenção e combate a incêndio, seja ele combatente direto ou não do fogo. O fato do recorrido ativar-se também como socorrista não lhe retira o direito ao pagamento do adicional de periculosidade, eis que a ocorrência de eventual sinistro não tem previsão e, sendo assim, não há como se discutir o tempo de exposição ao risco, que era inerente a sua atividade. Por conseguinte, tem-se por inaplicável ao caso vertente o entendimento jurisprudencial contido no item I, da Súmula 364 do C. TST. (TRT/SP - 00011280420145020028 - RO - Ac. 11ªT [20150978264](#) - Rel. Adriana Prado Lima - DOE 17/11/2015)

JORNADA

Intervalo violado

Intervalo para refeição e descanso. Jornada superior a seis horas diárias pelo cômputo da hora noturna reduzida. É incontroverso que o reclamante laborava entre 24h e 6h, na escala 5 X 1, sem prorrogação da jornada. Discute-se, nos autos, se o intervalo para refeição e descanso, nessa situação, seria de 15 minutos ou de 1 hora, tendo em vista a redução ficta da hora noturna. De acordo com o § 1º, do artigo 71 da CLT, em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda a seis horas, é obrigatória a concessão de intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, uma hora. Por outro lado, o § 1º, do artigo 73 da CLT dispõe que a hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos. E, considerando-se que a redução ficta da hora noturna repercute em 7,5 minutos a mais sobre cada uma das horas noturnas trabalhadas, tem-se que a jornada de trabalho do recorrido excedia as seis horas diárias, o que implica na concessão do intervalo para refeição e descanso de uma hora, conforme entendimento jurisprudencial contido no item IV, da Súmula 437 do C. TST. (PJe-JT TRT/SP [10019006520145020313](#) - 11ªTurma - RO - Rel. Odette Silveira Moraes - DEJT 26/08/2015)

Tempo à disposição do empregador. Transporte ao local de trabalho

Trajetos internos. Horas *in itinere*. Indevidas. O direito às horas *in itinere* deflui da verificação de elementos específicos, quais sejam, local de difícil acesso ou não servido por transporte público regular, quando então o empregador fornece a condução (art. 58, § 2.º, da CLT). 2. É fato conhecido neste Regional que a USIMINAS, local onde o autor prestou serviços, tornou-se centro industrial muito bem desenvolvido e organizado, de forma a suportar adequadamente a movimentação de sua mão-de-obra. 3. O conjunto probatório demonstrou que não havia dificuldade para que o reclamante chegasse até o local onde desempenhava suas funções, sendo que a locomoção fornecida pela empresa foi benefício posto

à disposição do empregado e não condição *sine qua non* para que atingisse o posto de trabalho. (PJe-JT TRT/SP [10005130720145020251](#) - 5ª Turma - RO - Rel. José Ruffolo - DEJT 11/11/2015)

JUSTA CAUSA

Abandono

Pedido de rescisão indireta. Abandono de emprego. Incompatibilidade. A justa causa pelo motivo do abandono de emprego requer, além do elemento objetivo, que é o prazo mínimo de 30 dias, segundo entendimento cristalizado no C. TST, o elemento subjetivo, qual seja o ânimo de abandonar, ou em outras palavras, é preciso que se demonstre nos autos que o reclamante simplesmente saiu da empresa sem dar nenhuma satisfação, como a dizer "dane-se" o posto de trabalho, no intento de nunca mais ali retornar, resultando em prejuízo ao empregador e afronta à boa-fé contratual. Mas, este não é o caso dos autos, em absoluto. Ao ingressar com a ação trabalhista pedindo a rescisão indireta do pacto, não está presente o *animus abandonandi*, como quer a defesa. De modo que a melhor saída para o caso, sendo a rescisão indireta também improcedente, é a decretação da resilição por denúncia do empregado, o chamado pedido de demissão. É bem verdade que, no rigor processual, até pela adstrição ao pedido, deveríamos apenas nos pronunciarmos sobre o cabimento ou não da rescisão indireta ou da justa causa e, não sendo o caso de nenhuma delas, mantermos o silêncio. Isto é o que a fria técnica processual pediria. Ocorre que o processo do trabalho nada mais é senão um instrumento de viabilização e efetivação do Direito material do trabalho, o qual não permite que se deixe a questão em aberto, até porque, não sendo o caso de justa causa e nem de rescisão indireta, sobraria apenas o pedido de demissão, o qual dá ensejo a verbas rescisórias que não foram pagas ao reclamante. Sem um pronunciamento do Poder Judiciário a respeito, exigir-se-ia do obreiro o ingresso com nova ação trabalhista apenas para receber as verbas rescisórias de que tem direito? Não há mínima razoabilidade em tal exigência, além de ser um verdadeiro atentado à eficiência da função jurisdicional do Estado, à efetividade processual, tão cara ao processo laboral, e ao próprio princípio do amplo acesso à justiça. Contribuição assistencial. Devolução. Havendo previsão em norma negociada acerca de tais contribuições, deve o empregado se opor, caso não concorde com os correspondentes descontos, devendo, ainda, demonstrar a oposição e que notificou seu empregador desta oposição. Não se pode, após efetuado o recolhimento, obrigar o empregador a devolver o valor repassado ao sindicato da categoria. Direito de oposição existe, mas este deve ser exercido contra o sindicato e não contra o empregador, que não auferiu qualquer vantagem ou se beneficiou do valor repassado. (TRT/SP - 00020144820105020026 - RO - Ac. 12ªT [20151051822](#) - Rel. Maria Elizabeth Mostardo Nunes - DOE 11/12/2015)

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Geral

Litigância de má fé. Justiça Gratuita. O fato de a reclamante ser beneficiária da justiça gratuita não afasta o dever de arcar com a multa por litigância de má fé, pois esta não se reveste da natureza de custas processuais. A conduta processual da parte não se confunde com o seu direito de acesso ao Judiciário. Recurso a que se nega provimento. (PJe-JT TRT/SP [10021421820145020606](#) - 17ª Turma - ROPS - Rel. Flávio Villani Macedo - DEJT 11/09/2015)

NULIDADE PROCESSUAL

Cerceamento de defesa

Cerceamento de defesa. Erro material evidente. O exercício do cargo de "Analista" é incontroverso nos autos, uma vez que o autor o admitiu na inicial e em depoimento pessoal. Logo, a transcrição feita na defesa no sentido de que o reclamante exercia a função de "Assistente B" decorre de evidente erro material, e não de confissão do empregador, como entendeu o MM. Juízo de origem. Desse modo, houve manifesto cerceamento de defesa ao ser indeferida a produção de prova oral para oitiva das testemunhas da reclamada. Diante disso, torno sem efeito os atos processuais a partir da decisão de fls. 13 e determino o retorno dos autos à origem com a instrução reaberta para prosseguimento. (TRT/SP - 00000188620145020054 - RO - Ac. 6ªT [20151017721](#) - Rel. Ricardo Apostólico Silva - DOE 30/11/2015)

NORMA COLETIVA (AÇÃO DE CUMPRIMENTO)

Contribuição sindical

Contribuição sindical. Ação e título executivo. A parcela reivindicada pelo sindicato é tributo (art. 149, da CF/88) cuja cobrança deve se lastrear no disposto nos arts. 605 e 606, da CLT, sendo que o último dispositivo legal mencionado estabelece que deve ser ajuizada ação executiva instruída de certidão de dívida expedida pelo Ministério do Trabalho - esta válida como título executivo. Dessa forma, não se revela cabível a ação de conhecimento ajuizada para a satisfação da pretensão que busca o autor. Recurso provido apenas para extinguir o feito sem resolução do mérito com fulcro no art. 267, VI, do CPC. (PJe-JT TRT/SP [10017326020145020314](#) - 11ªTurma - RO - Rel. Líbia da Graça Pires - DEJT 22/10/2015)

PRAZO

Recurso. Intempestividade

Agravo de petição intempestivo. Portaria regional que suspende apenas o prazo para realização do depósito recursal. Apesar dos bancários encontrarem-se em greve quando do prazo recursal do agravante, é certo que não havia qualquer impeditivo para que este interpusse seu recurso tempestivamente, embora a comprovação do depósito recursal ficasse relegado para o momento oportuno. Note-se, por fim, ser irrelevante o fato do r. Juízo de origem ter processado o recurso, pois o juízo ad quem não está vinculado ao juízo de admissibilidade proferido pelo juízo a quo. (TRT/SP - 00392009220065020302 - AP - Ac. 11ªT [20150978477](#) - Rel. Adriana Prado Lima - DOE 17/11/2015)

PRESCRIÇÃO

FGTS. Contribuições

Prescrição. FGTS. A decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE 709.212, com repercussão geral reconhecida, em 13.11.2014, declarou que a cobrança de valores referentes ao FGTS deve se sujeitar à prescrição trabalhista, de cinco anos. Contudo, o STF decidiu que os efeitos da decisão seriam "ex nunc", para alcançar aqueles casos cujo termo inicial da prescrição ocorra após a data do julgamento. Para aqueles casos cujo termo inicial da prescrição - ou seja, a ausência de depósito no FGTS - ocorra após a data do julgamento, aplica-se,

desde logo, o prazo de cinco anos. Contudo, para os casos em que o prazo prescricional já esteja em curso, aplica-se o que ocorrer primeiro: 30 anos, contados do termo inicial, ou cinco anos, a partir da data do julgamento. (PJe-JT TRT/SP [10019371020145020502](#) - 7ª Turma - RO - Rel. Doris Ribeiro Torres Prina - DEJT 24/08/2015)

Prestações sucessivas ou ato único

FUNAP. Adicional de permanência no cargo (APC). Prescrição. A vantagem pleiteada pelo reclamante teve previsão apenas em regulamento interno da reclamada, razão pela qual não há que se falar em prescrição parcial. Inteligência da Súmula 294 do Colendo TST. (TRT/SP - 00025870420145020008 - RO - Ac. 10ªT [20150939080](#) - Rel. Ana Maria Moraes Barbosa Macedo - DOE 27/10/2015)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Aposentadoria. Especial

Aposentadoria especial. Extinção do contrato de trabalho. Devido o pagamento do aviso prévio e da indenização de 40% sobre o FGTS. O Supremo Tribunal Federal, na condição de intérprete maior da Constituição, declarou que a aposentadoria espontânea não é causa extintiva do contrato de trabalho (ADI 1.770-4). Em específico à aposentadoria especial, cujo caráter é espontâneo, o ordenamento prevê o cancelamento do benefício ao segurado aposentado que continuar no exercício de atividade ou operação que o sujeite aos agentes nocivos constantes de sua relação (art. 57, parágrafo 8º, da Lei nº 8.213/91). Inexiste, portanto, proibição ao exercício de toda e qualquer atividade laborativa; a vedação é exclusiva ao trabalho o qual expõe o segurado aos agentes maléficos ensejadores da concessão do benefício. Ademais, a permanência do trabalhador em atividade insalubre gera consequências restritas à relação de direito previdenciário. Não há falar, portanto, em extinção contratual por imposição legal, a eximir o empregador do pagamento do aviso prévio e da indenização de 40% sobre o FGTS. (TRT/SP - 00023697020145020009 - RO - Ac. 5ªT [20150970492](#) - Rel. José Ruffolo - DOE 17/11/2015)

Contribuição. Multa, juros e correção monetária

Acordo. Contribuições previdenciárias. Fato gerador. Encargos moratórios. O fato gerador da verba previdenciária acessória consiste no pagamento do título principal, sendo indevida a cobrança de encargos moratórios desde a data da prestação de serviços (artigos 195, I, a da Constituição e 43, § 3º da Lei 8.212/91). Neste sentido é a Súmula 17 deste E. Tribunal Regional. Recurso ordinário da União a que se nega provimento. (TRT/SP - 00031144120135020088 - RO - Ac. 14ªT [20150840696](#) - Rel. Regina Aparecida Duarte - DOE 13/10/2015)

PROCURADOR

Assinatura

Recurso divergência entre o advogado apostado na peça e o signatário eletrônico. Ausência de outorga de poderes ao proprietário da assinatura eletrônica. Na sistemática do peticionamento eletrônico, considera-se signatário aquele com cuja assinatura eletrônica encaminha a peça. Havendo divergência entre o nome do advogado apostado na peça e o que consta como subscritor eletrônico, prevalece este último. Não tendo o proprietário da assinatura eletrônica mandato nos autos, o

recurso aviado não há de ser conhecido. (TRT/SP - 00007278820145020065 - RO - Ac. 14ªT [20150315052](#) - Rel. Francisco Ferreira Jorge Neto - DOE 30/04/2015)

QUITAÇÃO

Eficácia

Quitação de haveres rescisórios do empregado falecido. A empresa procedeu ao pagamento dos haveres rescisórios na conta do "de cujos", sendo que o fato do empregado falecido ter débitos com a instituição bancária, culminando com a retenção da quantia, não afasta a eficácia da quitação. Pretensão de repetição de novo pagamento pelos herdeiros não acolhida. Recurso ordinário não provido." (PJe-JT TRT/SP [10002720820145020712](#) - 11ªTurma - RO - Rel. Ricardo Verta Luduvicé - DEJT 11/08/2015)

RADIODIFUSÃO

Geral

Operador cinematográfico. Intervalo intrajornada. A pausa de duas horas prevista no parágrafo único do art. 234 da CLT é garantida aos operadores cinematográficos apenas na hipótese de extrapolação da jornada. Apelo sindical improvido. (TRT/SP - 00032930620135020013 - RO - Ac. 3ªT [20150656437](#) - Rel. KYONG MI LEE - DOE 04/08/2015)

RECURSO ORDINÁRIO

Tempestividade. Prova

Tempestividade e contagem de prazo em feriados. Diferentemente do que pretende fazer crer a agravante ao equiparar o feriado da semana santa ao período de recesso forense, o qual suspende o prazo recursal nos termos da bem posta Súmula 262, item II, do Colendo TST, no primeiro não há suspensão da contagem dos prazos, diante de ausência de previsão expressa. Em verdade, como o fim da contagem do prazo recursal seria o próprio dia 03.04.2015 (sexta-feira), feriado, referido recurso ordinário deveria ter sido interposto no primeiro dia útil subsequente, qual seja, 06.04.2015 (segunda-feira), conforme preceitua o artigo 184, § 1º, do CPC de 1973, ainda vigente até março próximo. Agravo de instrumento ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 00012600320145020015 - AIRO - Ac. 11ªT [20150682756](#) - Rel. Ricardo Verta Luduvicé - DOE 12/08/2015)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Configuração

Recurso ordinário. Vínculo empregatício. Detentor de cargo público. Não existe na legislação trabalhista qualquer dispositivo que impeça o reconhecimento de vínculo empregatício do detentor de cargo público, como é o caso do reclamante, com empregador comum. O fato de ser agente penitenciário não altera a sua situação de empregado perante a recorrente. O que é inadmissível, perante esta Justiça Especializada, é que uma empresa se aproveite do fato do empregado ser um funcionário público para explorar sua mão de obra sem o menor respeito a seus direitos trabalhistas. Uma vez preenchidos os requisitos do artigo 3º da CLT, que é o caso dos autos, correto o reconhecimento do vínculo de emprego. (TRT/SP - 00029174820135020036 - RO - Ac. 12ªT [20151048910](#) - Rel. Marcelo Freire Gonçalves - DOE 11/12/2015)

Estagiário

Vínculo empregatício. Estágio. Violação do limite temporal. O estágio visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior (artigo 1º da Lei 11.788/2008). A extrapolação não eventual do limite de 6 horas diárias imposto pela própria lei, por óbvio, interfere negativamente na aprendizagem do estagiário e transforma a relação de estágio em relação de emprego. (PJe-JT TRT/SP [10004357120145020264](#) - 6ªTurma - RO - Rel. Antero Arantes Martins - DEJT 12/08/2015)

Simple prestação

Vínculo de emprego. Agente autônomo de investimentos. Não configurado. A legislação trabalhista não conflita com a Lei 6.385/76, que trata do agente autônomo de investimentos, na medida em que a norma, diante da especificidade da atividade desenvolvida, também contempla a hipótese de empregados das instituições que exerçam as atividades, os quais, contudo, devem atender apenas o requisito da certificação. Por outro lado, a exclusividade, pessoalidade, onerosidade e habitualidade na prestação de serviços, estão presentes tanto nas relações do agente autônomo de investimentos, como nas de emprego e a circunstância, por si só, não autoriza o reconhecimento do liame empregatício. Na verdade, a natureza da relação havida entre as partes, se de emprego ou de natureza autônoma, será definida pela subordinação jurídica, sendo certo que os agentes autônomos, segundo as diretrizes da legislação aplicável, poderão laborar exclusivamente para determinada corretora e sempre deverão atuar por meio de contrato com instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. No caso vertente, não há dúvida de que as partes firmaram contratos de prestação de serviço de distribuição e mediação de títulos e valores mobiliários, figurando o autor na condição de agente autônomo de investimentos, recebendo remuneração variável calculada sobre as receitas auferidas em razão das operações financeiras por ele realizadas, através de emissão de notas fiscais de serviços. E o autor tinha plena ciência da modalidade de prestação de serviços, não se eximindo da produção de prova robusta quanto ao vício de consentimento, a invalidar os contratos de prestação de serviços firmados ao longo do tempo. (TRT/SP - 00022188520145020080 - RO - Ac. 7ªT [20150761907](#) - Rel. Dóris Ribeiro Torres Prina - DOE 04/09/2015)

SALÁRIO (EM GERAL)

Fixação e cálculo

Técnico em radiologia. Salário. Lei 7.394/85 e ADPF Nº 151/DF. O E. Supremo Tribunal Federal concedeu Medida Cautelar (ADPF nº 151) para declarar a inconstitucionalidade, por não recepção, do art. 16 da Lei 7.394/85, mas, para não causar um vácuo legislativo, determinou a aplicação dos critérios estabelecidos na referida norma até que sobrevenha disposição legal ou norma coletiva regulando a matéria, congelando o piso profissional de dois salários mínimos vigentes à data do respectivo trânsito em julgado (13/05/2011), convertendo-o em valor monetário, a ser atualizado a partir dessa data. (PJe-JT TRT/SP [10000708320145020242](#) - 6ªTurma - RO - Rel. Antero Arantes Martins - DEJT 12/08/2015)

Funções simultâneas

Desvio de função. Prova testemunhal. Comprovação de parte do período alegado. Aplicação por analogia da OJ nº 233 da SDI- 1, do TST. Quando outros elementos de convencimento apontam, de forma segura, para o desvio de função do reclamante para além do tempo comprovado pelas testemunhas em juízo, não ficará o julgador limitado apenas ao período abrangido pela prova oral colhida, se de outro modo restar todo convencido das razões autorais. Inteligência da OJ nº 233 da SDI-1 do TST, aplicada à hipótese por analogia. Recurso Ordinário do reclamante provido, no aspecto. (PJe-JT TRT/SP - [10004136820145020472](#) - RO - Ac. 14ªT - Rel. Davi Furtado Meirelles – DEJT 12/05/2015)

SALÁRIO-FAMÍLIA

Dependentes

Salário-família. Ônus da prova. A defesa dá a entender que era de conhecimento da empresa que a autora tinha um filho, incumbindo àquela, portanto, o ônus de provar que a empregada não atendia aos requisitos para a percepção do salário-família ou teria renunciado à verba, por se tratar de fatos impeditivos ao direito postulado. Conferir à reclamante tal encargo seria o mesmo que lhe impossibilitar o usufruto do benefício legal, já que a prova de o ter solicitado é de difícil realização, enquanto que o empregador tem a obrigação de manter a documentação relativa aos seus empregados em seus arquivos, na forma prevista em lei. Apelo patronal improvido. (PJe-JT TRT/SP [10020637120145020466](#) - 3ªTurma - RO - Rel. Kyong Mi Lee - DEJT 07/08/2015)

SENTENÇA OU ACÓRDÃO

Nulidade

Nulidade. Negativa de prestação jurisdicional. A falta de pronunciamento por parte do MM. Juízo de primeiro grau sobre determinados pontos, mesmo depois de provocado por meio de embargos declaratórios, acarreta a nulidade da decisão de embargos. Preliminar que se acolhe para determinar o retorno dos autos à Vara de origem para manifestação expressa sobre os pontos que permaneceram omissos. (TRT/SP - 00021227920135020444 - RO - Ac. 3ªT [20150951510](#) - Rel. Mércia Tomazinho - DOE 05/11/2015)

SERVIDOR PÚBLICO (EM GERAL)

Aposentadoria

Banco do Brasil. Incorporadora do Banco Nossa Caixa. Plano de saúde. Direito de associação à Cassi. Os autores são aposentados egressos do Banco sucedido e, embora o benefício decorra do contrato de trabalho, ele também decorre da vinculação dos autores ao plano de previdência privada gerenciado pelo ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL, para o qual contribuíram durante a vigência dos contratos de trabalho de cada um. Recurso ordinário da reclamada provido. (TRT/SP - 00026501920145020076 - RO - Ac. 3ªT [20150811963](#) - Rel. Luciana Carla Corrêa Bertocco - DOE 22/09/2015)

Dissídio coletivo e sindicalização

Norma coletiva. Caixa Econômica Federal. CONTEC. Acordos coletivos X Convenções Coletivas dos Bancários. Aplicação apenas do índice de reajustes salariais entre 1996 e 2002. Impossibilidade. Teoria do conglobamento. Peculiaridades do empregador. Abrangência da negociação coletiva nacional e

única. Precedentes do TST. Aos empregados da Caixa Econômica Federal aplicam-se as regras pactuadas em Acordos Coletivos entre a empregadora e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, entre 1996 e 2002, porque (a) mostram-se mais benéficas, comparadas pela técnica do conglobamento, (b) a empregadora é empresa pública de atuação em todo o território nacional, (c) mantém quadro de cargos e salários único e (d) as normas dos bancários das instituições privadas, no período, têm aplicação regionalizada. A jurisprudência do TST já se estabilizou, há tempos, neste sentido, tornando inaceitável a pretensão do recorrente em criar uma Lei apenas para si, composta por todos os benefícios dos acordos coletivos firmados pelo empregador e apenas os aumentos salariais concedidos aos bancários comuns. Recurso a que se nega provimento. (TRT/SP - 00026001120085020041 (00026200804102008) - RO - Ac. 9ªT [20151057790](#) - Rel. Eliane Aparecida da Silva Pedroso - DOE 11/12/2015)

Quadro de carreira

Fundação Casa. Progressão horizontal. Apenas estão prescritas as parcelas anteriores aos cinco anos que antecederam o ajuizamento da ação, uma vez que se trata de contrato em vigor e as parcelas são de trato sucessivo. É parcial a prescrição quanto às diferenças salariais decorrentes do inadimplemento de progressões na carreira previstas em Plano de Cargos e Salários. Recurso do reclamante acolhido para afastar a prescrição decretada na origem. (TRT/SP - 00024928920135020078 - RO - Ac. 17ªT [20151063774](#) - Rel. Rilma Aparecida Hemetério - DOE 15/12/2015)

Salário

Autarquia. Prêmio de desempenho individual - PDI. O reclamante é empregado público e exerce a função de "chefe de seção", que não se encontra incluída no anexo VI da Lei Complementar Estadual nº 1.158/2011. E nem se alegue com a tese de que haveria equivalência entre o cargo exercido pelo recorrente e um dos cargos previstos no mencionado anexo VI, seja porque nenhuma prova foi produzida a respeito, seja porque não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia, conforme entendimento jurisprudencial contido na Súmula Vinculante nº 37 do E. STF. (TRT/SP - 00008070520145020016 - RO - Ac. 11ªT [20150681245](#) - Rel. Odette Silveira Moraes - DOE 18/08/2015)

SINDICATO OU FEDERAÇÃO

Enquadramento. Em geral

Profissão regulamentada. Enquadramento. Categoria diferenciada. Norma coletiva. Súmula 374, do C. TST. A arquitetura relamente está entre as profissões regulamentadas por lei (Lei 5.194/66), fazendo com que os profissionais de tal área sejam enquadrados como categoria diferenciada, nos moldes do artigo art. 511, parágrafo 3º, da CLT, o qual dispõe que "categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares". Nota-se, portanto, que neste caso não há vinculação automática do empregado arquiteto com a atividade preponderante do empregador, como acontece com as demais categorias. Ocorre que a vinculação do arquiteto à sua categoria diferenciada, algo que se dá por força da própria Lei que disciplina a sua profissão, por questão de interesse público, não significa que a empregadora seja obrigada a conceder todos os direitos previstos em normas coletivas da categoria

diferenciada, porque aqui incide o disposto na Súmula 374, do C. TST, não podendo a empresa ser apenada com obrigações previstas na Convenção Coletiva da qual não participou. A CCT, antes de ser uma norma, é um contrato estipulado pela vontade privada coletiva dos convenientes e, como tal, não pode vincular o ente coletivo que dela não participou. Recurso desprovido. (TRT/SP - 00026285920135020087 - RO - Ac. 12ªT [20151052136](#) - Rel. Maria Elizabeth Mostardo Nunes - DOE 11/12/2015)

SUCESSÃO "CAUSA MORTIS"

Habilitação

Saque do FGTS. Falecimento do empregado. Sucessores na lei civil. Os sucessores na lei civil terão jus ao recebimento dos valores questionados apenas na ausência de dependente previdenciário, conforme art. 5ª do Decreto 85.845/81 e art. 20, IV da Lei 8.036/90, o que, todavia, não constitui a hipótese dos autos. Apelo interposto pelo consignado não provido. (TRT/SP - 00008961120115020088 - RO - Ac. 18ªT [20150933252](#) - Rel. Lilian Gonçalves - DOE 26/10/2015)